



**e-TCM:** TC 4117/2019 (acompanham TCs 160/2017 e 2545/2019)

**Interessado:** Secretaria Municipal de Educação / Prefeitura do Município de São Paulo

**Objeto:** Função de Governo - Educação - Exercício de 2018

**Relator:** Maurício Faria

## Relatório

Cuidam os autos de Auditoria voltada à avaliação da Função de Governo Educação em 2018, TC 4117/2019 (acompanham TCs 160/2017 e 2545/2019). No Relatório de Auditoria, a Subsecretaria de Fiscalização e Controle apresentou diversos aspectos que envolvem a gestão da Educação no Município de São Paulo, dos quais destaco os que se mostram mais relevantes.

A rede municipal de ensino de São Paulo atende cerca de 1 milhão de alunos nas suas 3,7 mil escolas, contando com 64,6 mil profissionais do magistério, que atuam, principalmente, na educação infantil e no ensino fundamental.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) previu despesas no valor de R\$ 11,8 bilhões para 2018, tendo liquidado R\$ 11,0 bilhões. Do total executado, 55,9% foram aplicados em despesas com pessoal e encargos, 43,3% em manutenção e operação e 0,8% na construção de escolas e aquisição de equipamentos e material permanente.

Quadro 2 - Lei Orçamentária Anual (LOA) 2018 (Em R\$ milhões)

Programa	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
3010 - Desenvolvimento e manutenção da educação	10.089,2	10.292,1	10.186,6	9.725,7	96,4
Outros	1.751,2	1.807,6	1.725,4	1.324,6	75,6
Total	11.840,4	12.099,6	11.912,0	11.050,3	93,3

Fonte: Relatório de Auditoria

Destaca-se que a execução relativa à construção de unidades educacionais alcançou 74% do valor orçado.

Quadro 3 - LOA 2018 – Programa 3010 – Projetos/Atividades (Em R\$ mil)

Projeto/Atividade	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
<b>Remuneração dos Profissionais do Magistério</b>	<b>3.748.802,0</b>	<b>4.681.922,4</b>	<b>4.681.897,4</b>	<b>4.610.869,8</b>	<b>123,0</b>
2857 - Ensino Fundamental	1.979.994,5	2.449.573,8	2.449.548,8	2.412.387,5	121,8
2858 - Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI)	1.003.371,0	1.255.223,3	1.255.223,3	1.236.180,7	123,2
2856 - Centro de Educação Infantil (CEI)	765.436,5	977.125,3	977.125,3	962.301,6	125,7
<b>Manutenção e Operação de Unidades Educacionais</b>	<b>5.964.510,8</b>	<b>5.253.811,2</b>	<b>5.192.945,2</b>	<b>4.852.959,3</b>	<b>81,4</b>
2828 - Centro de Educação Infantil (CEI)	2.271.387,7	2.367.342,3	2.354.160,5	2.302.434,1	101,4
2826 - Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)	1.506.499,1	1.138.097,0	1.120.969,1	1.059.602,9	70,3
4362 - Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)	933.874,1	639.336,3	629.076,6	598.600,4	64,1
Outras Unidades Educacionais	1.252.749,9	1.109.035,6	1.088.738,9	892.322,0	71,2
<b>Construção de unidades educacionais</b>	<b>95.956,5</b>	<b>146.243,2</b>	<b>114.012,2</b>	<b>71.054,2</b>	<b>74,0</b>
3363 - Centros Educacionais Unificados (CEU)	1.409,1	60.000,0	53.921,0	27.743,6	1.968,9
3359 - Centros de Educação Infantil (CEI)	89.546,3	65.291,1	50.377,4	37.323,2	41,7
3361 - Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)	5.000,0	5.482,0	5.072,0	3.739,5	74,8
3365 - Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)	1,0	15.470,2	4.641,8	2.247,9	224.787,3
<b>Outros Projetos/Atividades</b>	<b>279.912,6</b>	<b>210.080,6</b>	<b>197.739,2</b>	<b>190.845,4</b>	<b>68,2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.089.181,8</b>	<b>10.292.057,4</b>	<b>10.186.594,0</b>	<b>9.725.728,7</b>	<b>96,4</b>

Fonte: Relatório de Auditoria

Em 2018, foram construídas 20 unidades educacionais que já se encontram em funcionamento, sendo 12 CEIs, 5 CEMEIs e 3 CEUs. Destaca-se que são valores simbólicos, que não representam qualquer possibilidade de efetiva construção de equipamentos públicos.



Quadro 5 - Programa 3010 – Desenvolvimento e Manutenção da Educação (Em R\$ mil)

Projetos/Atividades	Medida	FÍSICO		FINANCEIRO	
		Planejado	Realizado (%)	Planejado (R\$)	Realizado (%)
<b>Remuneração dos Profissionais do Magistério</b>					
2856 - Centro de Educação Infantil (CEI)	Profissionais remunerados	11.856	83,5	765.437	125,7
2857 - Ensino Fundamental	Profissionais remunerados	28.957	89,4	1.979.994	121,8
2858 - Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI)	Profissionais remunerados	14.938	83,0	1.003.371	123,2
<b>Manutenção e Operação de Unidades Educacionais</b>					
2826 - Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)	EMEFs em funcionamento	435	125,7	1.506.849	70,3
2828 - Centro de Educação Infantil (CEI)	Crianças matriculadas em creche	278.253	120,2	2.181.388	105,5
4362 - Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)	EMEIs em funcionamento	566	100,2	933.874	64,1
<b>Construção de unidades educacionais</b>					
3359 - Centros de Educação Infantil (CEI)	CEIs construídos	1	1.200,0	89.546	41,7
3361 - Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)	EMEIs construídas	1	500,0	5.000	74,8
3363 - Centros Educacionais Unificados (CEU)	CEUs construídos	1	300,0	1.409	1.968,9
3365 - Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)	EMEFs construídas	1	0,0	1.000	224,8
<b>Subtotal</b>				<b>8.467.868</b>	<b>102,1</b>
<b>Outros</b>				1.532.662	71,0
<b>Total</b>				<b>9.992.662</b>	<b>97,3</b>

Fonte: Relatório de Auditoria

Os projetos/atividades do programa Apoio ao Aluno (Alimentação Escolar, Uniformes e Material Escolar etc.) tiveram uma execução geral de 67,8%. Em 2018, foram liquidados R\$ 463 milhões no programa Alimentação Escolar, com um total de 464.764.268 refeições servidas. Na fase de execução dos contratos, foram detectadas deficiências referentes à qualidade dos alimentos recebidos.

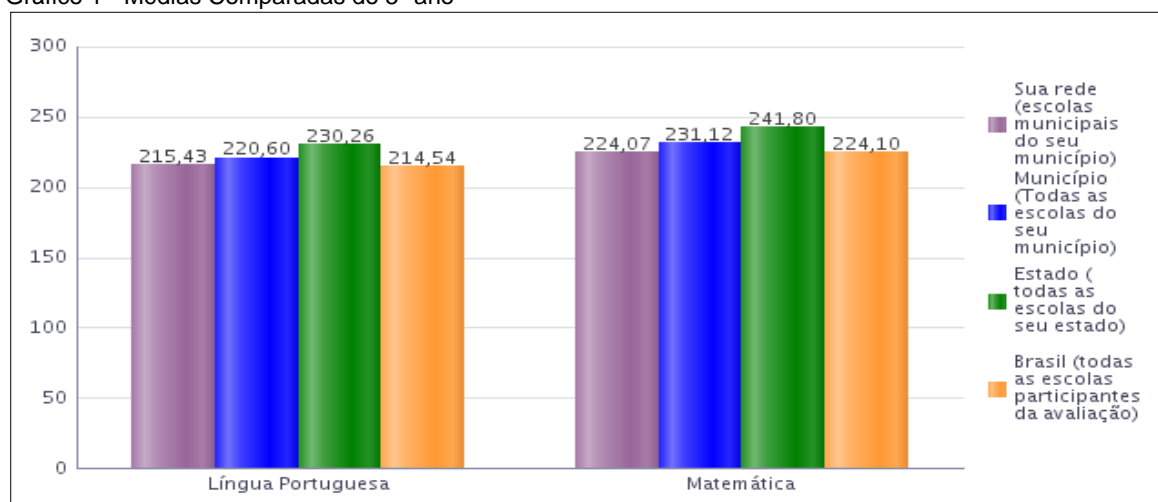
O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2018, obteve recursos repassados pelo FNDE no total de R\$ 95,9 milhões e, no mínimo, 30% deveriam ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. Para 2018, o valor empenhado correspondeu a 25,9% do total de recursos recebidos e o valor liquidado representou 19,4%. Assim, houve infringência ao artigo 14 da Lei Federal nº. 11.947/09. O programa foi implantado em 2010 e desde sua implantação não houve a aplicação dos 30% dos recursos em produtos da agricultura familiar.

Para o fornecimento de uniformes e material escolar foram utilizados R\$ 130 milhões, o que representa 94,8% do planejado. Na fase de execução desses contratos, foram detectadas deficiências referentes à qualidade dos uniformes recebidos.

No Programa de Metas 2017-2020, a meta 12 prevê a expansão de 30% das matrículas em creches, perfazendo um aumento de 85.500 novas matrículas. Para o biênio 2017-2018 foi projetada a ampliação de 65.500 matrículas. Neste período, foram efetivadas novas 50.343 matrículas, 76,8% da meta estipulada para o biênio. Das metas voltadas ao desempenho dos alunos nas provas de avaliação, apenas uma meta (atingir Ideb de 6,5 nos anos iniciais do EF) alcançou o resultado projetado para o biênio. Já as metas relacionadas à tecnologia (17 e 18) estão na fase inicial de implantação, com 3 CEUs transformados em polos de inovação em tecnologia educacional.

Na Prova Brasil de 2017, o desempenho médio dos alunos da rede municipal do 5º ano, em Língua Portuguesa, foi inferior ao dos alunos das redes Federal e Estadual no município, bem como em relação às demais escolas públicas do estado de São Paulo (municipais, estaduais e federais). Porém, foi superior à média obtida no conjunto de todas as escolas públicas do Brasil participantes da avaliação. Já o desempenho em Matemática, foi inferior em todas as comparações.

Gráfico 1 - Médias Comparadas do 5º ano



Fonte: Relatório de Auditoria

Apesar do cenário exposto, o desempenho dos alunos do 5º ano da rede municipal na Prova Brasil apresentou melhora na evolução histórica.

Quadro 12 - Médias de Proficiência da Rede Municipal de São Paulo – 5º ano

5º ano		
Ano	Língua Portuguesa	Matemática
2015	209,70	219,33
2017	215,43	224,07

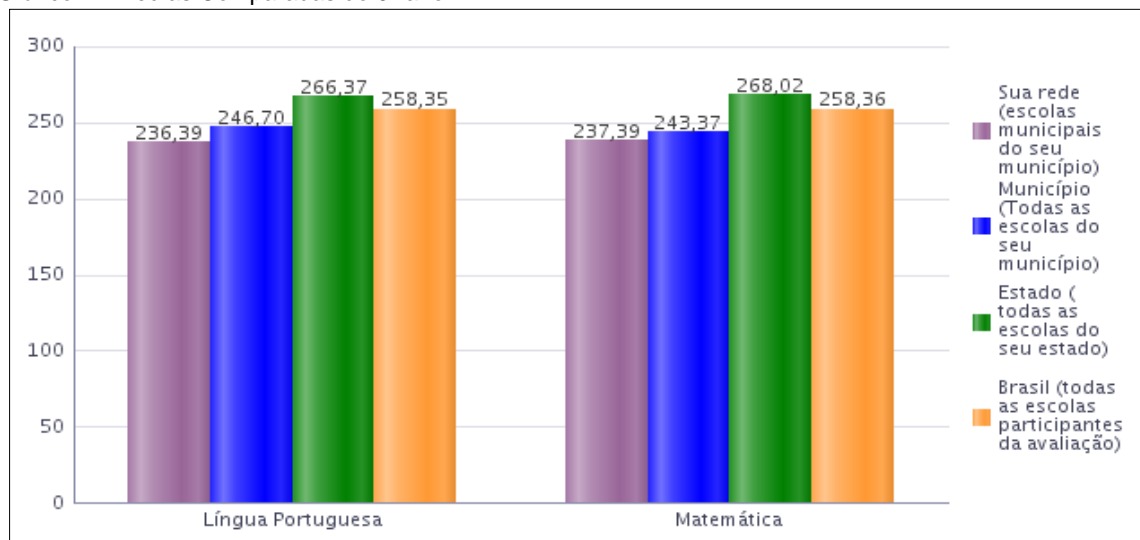
Fonte: Relatório de Auditoria

Já o desempenho médio dos alunos do 9º ano da rede municipal, tanto em



Língua Portuguesa como em Matemática, foi o pior em todas as comparações.

Gráfico 2 - Médias Comparadas do 9º ano



Fonte: Relatório de Auditoria

Em 2017, o aprendizado dos anos iniciais na Prova Brasil se concentrou no nível 4, em Língua Portuguesa, e no nível 5, em Matemática, mostrando melhora em relação a 2015, em que o nível com maior quantidade de alunos era o 4 para as duas disciplinas. A mediana, que marca o nível onde se alcança 50% dos alunos, permaneceu no nível 4 em Língua Portuguesa e subiu do nível 4 para o 5 em Matemática.

As médias de proficiência referente ao 9º ano pioraram em relação à prova aplicada em 2015, apresentando queda de 10,45 pontos (4,2%) em Língua Portuguesa e 11,15 pontos (4,5%) em Matemática. As notas médias obtidas pelos alunos do 9º ano em 2017 foram inferiores às notas obtidas na prova aplicada em 2013, indicando, assim, retrocesso nos resultados educacionais para os anos finais no período.

Quadro 13 - Médias de Proficiência da Rede Municipal de São Paulo – 9º ano

9º Ano		
Ano	Língua Portuguesa	Matemática
2013	238,60	241,19
2015	246,84	248,54
2017	236,39	237,39

Fonte: Relatório de Auditoria

Ainda no 9º ano, o nível 0 concentrou a maior quantidade de alunos (moda) em 2017, em Língua Portuguesa e Matemática, o que representou piora em relação a 2015, em que os níveis com mais alunos eram o 3, em Língua Portuguesa, e o 2, em Matemática. Porém, a mediana, que marca o nível onde se alcança 50%, se

manteve no nível 2 em ambas as matérias.

Os níveis alcançados pelos alunos em 2017, de acordo com as escalas dos níveis de proficiência do Inep, indicam que nos anos iniciais:

- A maioria (57,2%) dos alunos do 5º ano se situou abaixo do nível 5 em Língua Portuguesa, não sendo capazes, entre outros aspectos, de identificar assunto e opinião em reportagens e contos; identificar informação explícita em letras de música e contos; reconhecer assunto em poemas e tirinhas; reconhecer finalidade de reportagens e cartazes; reconhecer relação de causa e consequência e relação entre pronome e seu referente em tirinhas, contos e reportagens.

- A maioria dos alunos do 5º ano (71,8%) se situou abaixo do nível 6 em Matemática, não sendo capazes, entre outros aspectos de converter a duração de um intervalo de tempo, dado em horas e minutos, para minutos; resolver problemas envolvendo intervalos de tempo em meses; reconhecer o  $m^2$  como unidade de medida de área; determinar 50% de um número natural com até três ordens; determinar porcentagens simples (25%, 50%); resolver problemas que envolvam soma e subtração de valores monetários; interpretar dados em uma tabela simples.

E nos anos finais:

- A maioria dos alunos do 9º ano (59,4%) se situou abaixo do nível 3 em Língua Portuguesa, não sendo capazes, entre outros aspectos, de localizar informações explícitas em crônicas e fábulas; identificar os elementos da narrativa em letras de música e fábulas; reconhecer a finalidade de abaixo-assinado e verbetes; comparar textos de gêneros diferentes que abordem o mesmo tema; inferir tema e ideia principal em notícias, crônicas e poemas; e inferir o sentido de palavra ou expressão em história em quadrinhos, poemas e fragmentos de romances.

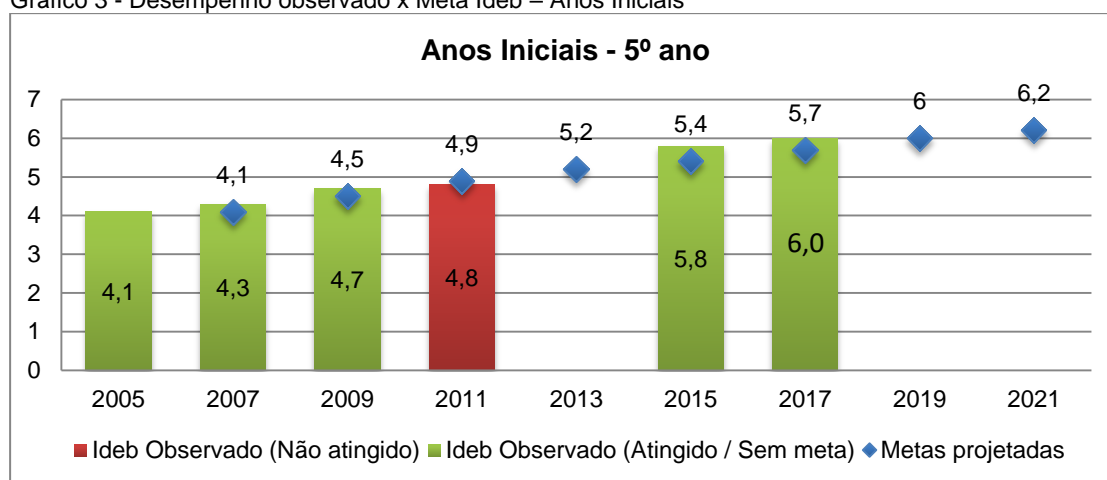
- A maioria dos alunos do 9º ano (60,8%) se situou abaixo do nível 3 em Matemática, não sendo capazes, entre outros aspectos, de reconhecer a planificação de um sólido simples, através de um desenho em perspectiva; determinar a soma, a diferença, o produto ou o quociente de números inteiros em situações-problema; resolver problemas envolvendo grandezas diretamente proporcionais, representadas por números inteiros; e analisar dados dispostos em uma tabela simples.



- Ressalta-se que 26,6% dos alunos do 9º ano não alcançaram sequer o nível 1 em Língua Portuguesa e 22,5% não atingiram tal marca em Matemática. O Inep informa que os estudantes do 9º ano, com esse desempenho, requerem atenção especial, pois ainda não demonstram habilidades muito elementares que deveriam apresentar nessa etapa escolar.

O Ideb para os anos iniciais vem acompanhando e alcançando as metas projetadas pelo INEP. Em 2017, o desempenho dos alunos dos anos iniciais alcançou o Ideb de 6,0, superando, portanto, a meta projetada de 5,7.

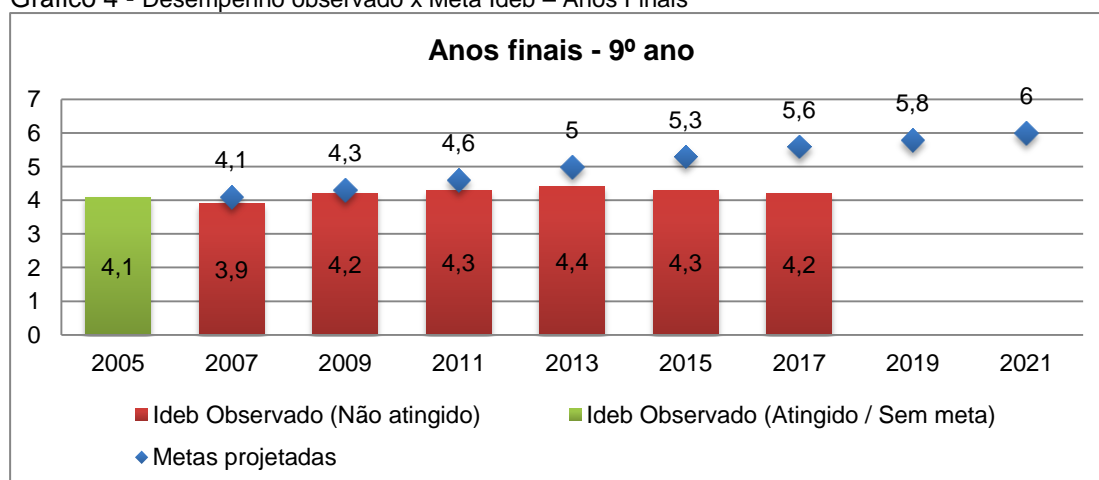
Gráfico 3 - Desempenho observado x Meta Ideb – Anos Iniciais



Fonte: Relatório de Auditoria

Já em relação aos anos finais, em 2017, a meta projetada era de 5,6, e o Ideb foi de 4,2. Desde 2007, o Ideb atingido ficou abaixo da meta projetada e a qualidade do ensino nos anos finais mostra-se estagnada.

Gráfico 4 - Desempenho observado x Meta Ideb – Anos Finais



Fonte: Relatório de Auditoria

Em 2017, na Prova São Paulo, a média de Proficiência do 9º ano para Língua

Portuguesa era de 224,2, subindo para 244,9, em 2018, o que representa um aumento de 9,2%. No entanto, 72,1% dos alunos tiveram níveis de proficiência abaixo do adequado. Em Matemática, a média de Proficiência, em 2017, era de 227,1 e, em 2018, foi de 244, o que representa um aumento de 7,4%. No entanto, 89,1% dos alunos tiveram níveis de proficiência abaixo do adequado.

Ao longo de 2017, os 62.034 professores da rede municipal faltaram 2.737.817 dias, representando um índice de absenteísmo de 12,1%. Aliás, nos últimos quatro anos não houve uma oscilação significativa no índice de absenteísmo - de 12,0%, em 2014, para 12,1%, em 2017.

O principal motivo do absenteísmo dos professores é a licença médica pericial, que representou 71% das ausências observadas em 2017. Os demais afastamentos do período (29%) incluem, dentre outros, as faltas abonadas, as licenças médicas a gestantes e as faltas injustificadas.

Os maiores índices de absenteísmo de professores ocorrem em Itaquera (13,9%), São Miguel (13,4%) e Penha (13,2%). Já os menores índices foram observados nas DREs Freguesia/Brasilândia (10,5%), Campo Limpo (10,7%) e Pirituba (10,8%).

Dados sobre a DRE Itaquera, levantados no Programa de Visitas às Escolas, mostram que a DRE apresentou os maiores percentuais de professores desmotivados (48%) e que desejam se remover das escolas (32%); 92% dos professores declararam que foram agredidos verbalmente pelos alunos (o maior percentual da rede); 29,2% dos docentes responderam que foram agredidos fisicamente, (2º maior percentual da rede); “matéria sem professor” foi um dos problemas mais citados pelos alunos da DRE. Ademais, a DRE Itaquera apresentou o 3º maior número de eventos de acidentes de trabalho relacionados a agressões.

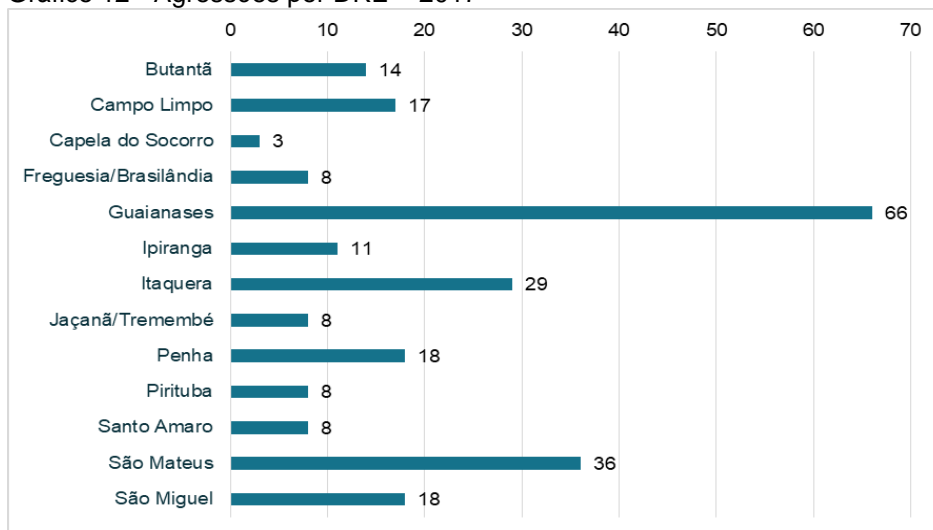
Em 2017, 1.935.401 faltas foram decorrentes de licenças médicas periciais. Dessas, 78% foram para tratamento de saúde do próprio servidor, 13% licenças decorrentes de acidente de trabalho, 6% licenças à gestante pericial e 3% licenças para tratamento de saúde do cônjuge/parentes. Das licenças médicas para tratamento da saúde do próprio servidor, 20% foram decorrentes de doenças mentais, 19% de convalescença e 15% de doenças osteomusculares. Destaca-se, ainda, que 9% do total dos eventos de acidentes de trabalho foram relacionados às





agressões. Destacadamente, os maiores números de agressões foram observados nas DREs de Guaianases (66 eventos), São Mateus (36 eventos) e Itaquera (29 eventos).

Gráfico 12 - Agressões por DRE – 2017



Fonte: Relatório de Auditoria

Em 2017, as durações médias das licenças periciais concedida foram assim identificadas: 20 dias para a licença médica para tratamento da saúde do próprio servidor; 44 dias para a licença decorrente de acidente de trabalho; e 180 dias para a licença à gestante pericial.

Os demais afastamentos dos professores somaram 802.416 dias. As faltas abonadas<sup>1</sup> representaram 47% do total desses afastamentos, seguidos das licenças a gestantes (20%), faltas injustificadas (7%) e faltas justificadas (7%).

No decorrer de 2017, 6.616 professores foram readaptados funcionalmente, resultando em um índice de readaptação de 10,7%, em relação ao total de professores ativos. Das readaptações funcionais concedidas aos professores, 46% foram decorrentes de doenças mentais, seguidos de doenças osteomusculares (26%) e doenças do aparelho respiratório (9%). Os maiores índices de readaptação ocorrem na Penha (16,4%), Itaquera (15,9%) e São Miguel (12,9%).

De acordo com a SME, no caso de ausência do professor titular, o cumprimento dos dias letivos é assegurado pelo professor substituto, de modo que não há reposição de faltas pelos titulares. No entanto, a Auditoria afirma que não há

<sup>1</sup> Art. 3º As faltas ao serviço, até o máximo de 10 (dez) por ano, não excedendo a 2 (duas) por mês, poderão ser abonadas por moléstia ou por motivo justificado, a critério da autoridade competente, no primeiro dia em que o servidor comparecer ao serviço (Decreto Municipal 24.146/1987).

professores substitutos suficientes para cobrir as ausências dos professores titulares e, também, nem sempre o conteúdo dado pelo professor substituto tem relacionamento com a disciplina prevista para a turma.

Em dezembro de 2018, a rede municipal contava com 3.787 unidades de ensino. Na educação infantil, houve aumento de 4,3% no número de unidades, sendo 7 unidades de Emei e 113 novas creches na rede conveniada. Há uma opção de expansão da rede de educação infantil por meio da rede conveniada, já que, desde 2015, não há aumento no número de CEIs diretos no município.

A SME possuía, em dezembro de 2018, 1.031.783 alunos matriculados, sendo 53,6% na educação infantil e 41% no ensino fundamental, correspondendo juntos a 94,6% das matrículas.

Quadro 24 - Quantidade de alunos matriculados na RME-SP.

Modalidade de Ensino	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Educação Infantil</b>	<b>430.498</b>	<b>465.298</b>	<b>499.228</b>	<b>529.635</b>	<b>552.812</b>
<b>Rede Direta</b>	<b>252.425</b>	<b>254.748</b>	<b>265.462</b>	<b>271.001</b>	<b>270.931</b>
Creche	57.305	56.500	57.181	57.519	57.661
Pré-escola	195.120	198.248	208.281	213.482	213.270
<b>Rede Parceira</b>	<b>178.073</b>	<b>210.550</b>	<b>233.766</b>	<b>258.634</b>	<b>281.881</b>
Creche	170.899	204.285	226.998	252.757	276.898
Pré-escola	7.174	6.265	6.768	5.877	4.983
<b>Ensino Fundamental</b>	<b>422.602</b>	<b>415.410</b>	<b>414.639</b>	<b>406.350</b>	<b>423.183</b>
EMEF	422.602	415.410	414.639	406.350	423.183
<b>Ensino Médio</b>	<b>3.040</b>	<b>3.123</b>	<b>3.220</b>	<b>3.351</b>	<b>2.623</b>
EMEFM	3.040	3.123	3.220	3.351	2.623
<b>Educação de Jovens e Adultos</b>	<b>52.247</b>	<b>53.148</b>	<b>54.449</b>	<b>53.771</b>	<b>50.591</b>
EJA/CIEJA	41.578	40.816	41.217	40.196	37.668
MOVA (Parceria)	10.288	11.899	11.872	12.125	11.335
Educação Profissional	381	433	1360	1.450	1.588
<b>Educação Especial</b>	<b>3.203</b>	<b>2.762</b>	<b>2.792</b>	<b>2.527</b>	<b>2.574</b>
EMEE	971	846	869	692	679
EMEE (Parceria)	2.232	1.916	1.923	1.835	1.895
<b>Total</b>	<b>911.590</b>	<b>939.741</b>	<b>974.328</b>	<b>992.283</b>	<b>1.031.783</b>

Fonte: Relatório de Auditoria

Em 2018, houve um aumento de 16.833 matrículas no ensino fundamental (4,1%). Já na educação infantil foram realizadas 23.177 matrículas a mais do que em 2017 (aumento de 4,4%), sendo 23.247 na rede conveniada (9% de aumento), com diminuição de 70 na rede direta (0,03% de diminuição). Assim, a demanda não atendida na educação infantil diminuiu para 19.766, o que representa uma diminuição da demanda reprimida de 55,3%, confirmando a tendência de queda registrada desde 2014.



Quadro 23 - Demanda reprimida na Educação Infantil da RME-SP.

Ensino	2014	2015	2016	2017	2018
Creche	94.189	75.194	65.040	44.092	19.697
Pré-Escola	5.625	3.595	1.269	143	69
<b>Total</b>	<b>99.814</b>	<b>78.789</b>	<b>66.309</b>	<b>44.235</b>	<b>19.766</b>

Fonte: Relatório de Auditoria

Entre 2017 e 2018, o número de professores efetivos aumentou em 876, porém com uma redução de 1.188 professores contratados, admitidos, comissionados e em comissão, o que resultou em diminuição líquida de 312 professores.

Quadro 25 - Quadro de Pessoal da SME – Professores e Cargos de Apoio à Educação.

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Magistério Municipal</b>	<b>63.089</b>	<b>63.442</b>	<b>63.387</b>	<b>64.947</b>	<b>64.635</b>
Docentes Efetivos	57.083	59.616	59.621	63.235	64.111
Docentes Contratados	4.878	2.981	3.115	1.360	272
Docentes Admitidos	219	123	117	40	30
Docentes em Comissão	909	722	534	312	222
<b>Cargos de Apoio à Educação</b>	<b>16.275</b>	<b>15.968</b>	<b>15.360</b>	<b>15.001</b>	<b>12.319</b>
Agentes Escolares	5.105	4.657	4.326	3.952	3.662
Aux.Técnicos Educ. I/II – Efetivos e Contratados	7.614	8.018	8.185	7.874	7.752
Outros	3.556	3.293	2.849	3.175	905
<b>Total</b>	<b>79.364</b>	<b>79.410</b>	<b>78.747</b>	<b>79.948</b>	<b>76.954</b>

Fonte: Relatório de Auditoria

Observa-se que 24,8% dos Coordenadores Pedagógicos, em 2017, eram designados<sup>2</sup>; no caso de Diretores e Supervisores, os percentuais eram de 10,1% e 24,6%, respectivamente. Já em 2018, o percentual de Coordenadores Pedagógicos designados aumentou para 42,5% do total, indicando um aumento de 98,1% neste tipo de ocupação.

Quadro 26 - Quadro de Pessoal da SME – demais cargos.

Demais cargos da carreira do Magistério	2017	2018
Coordenadores Pedagógicos Efetivos	1.417	1.250
Coordenadores Pedagógicos (profissionais designados para cargos vagos ou em substituição)	467	925
Diretores de Escola - efetivos	1.265	1.360
Diretores de Escola (profissionais designados para cargos vagos ou em substituição)	142	246
Supervisores Escolares - efetivos	266	301
Supervisores Escolares (profissionais designados para cargos vagos ou em substituição)	87	68
Secretário de Escola	587	580
Inspetor de Alunos	260	221
Auxiliar Administrativo de Ensino	150	141
Auxiliar de Secretaria	1007	92
Agente de Apoio	2.071	1.832

Fonte: Relatório de Auditoria

A lei municipal 14.173/06 estabelece indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos no município de São Paulo. A SME forneceu apenas

<sup>2</sup> As designações de profissionais ocorrem quando da vacância do cargo, ou por aposentadoria, por licenças médicas prolongadas ou quando da prestação de serviço nos órgãos centrais.

a atualização do indicador definido no inciso I do art. 103 - nível de universalização da educação infantil. Para os demais indicadores, a SME argumenta que as informações dependem do tratamento da base de dados dos censos escolares, disponibilizados pelo MEC/Inep, o que ainda não ocorreu.

O percentual de crianças atendidas em creche vem aumentando nos últimos anos. Em 2018, o percentual aumentou de 48,1% para 53% da população nessa faixa etária. O distrito com menor número de matrículas em creche em relação à população na faixa etária de 0 a 3 anos é o da República, com 1%; e o de maior atendimento é de Jaraguá, com 92,6%.

Diminuiu o percentual de crianças atendidas em pré-escolas, em 2018. Em 2017, eram atendidas 48,1% da população nessa faixa etária. Já em 2018, o percentual caiu para 46,4%.

O índice de demanda atendida na educação infantil, que considera apenas as crianças inscritas na fila de espera da SME, aumentou ao longo dos anos nas creches e nas pré-escolas, chegando a 94,4% e 100%, respectivamente, em 2018. O distrito da Sé apresentou o menor percentual de atendimento de creche, correspondendo a 60,2% da demanda, seguido dos distritos de Itaim Bibi, Pinheiros e Santo Amaro, que apresentaram atendimento de 75,5%, 76% e 78,9%, respectivamente. Quanto à pré-escola, todos os distritos possuem demanda atendida superior a 99%.

Houve um acréscimo de R\$ 878,27 milhões nos recursos empenhados (valores constantes pelo IPC-FIPE) na Função Educação, de 2014 a 2018. Considerando o aumento de recursos (8%) e a elevação do número de alunos (13,2%), o custo aluno/ano sofreu uma redução de 1,7%, culminando em R\$ 11.545,05/ano, ao final de 2018, ou R\$ 962,09/mês. Analisando-se toda a série histórica, percebe-se uma relativa estabilidade no valor do custo aluno no período analisado.

---

<sup>3</sup> O art. 10 estabelece a apuração dos seguintes indicadores relativos à educação: I. Nível de universalização da educação infantil; II. Nível de universalização do ensino fundamental; III. Nível de universalização do ensino médio; IV. Nível de evasão escolar; V. Nível de alfabetização na faixa etária; VI. Nível de repetência dos alunos; VII. Nível de formação/graduação dos professores; VIII. Nível de adequação série/idade; IX. Nível de compatibilidade bairro/escola; X. Desempenho apurado no Sistema de Aproveitamento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, estabelecido pela Lei 14.063/2005.



Quadro 30 - Função Educação - Fases da despesa e custo aluno 2014 a 2018 (Em R\$)

Fases	2014	2015	2016	2017	2018	Δ% 2014- 2018
Dotação inicial	9.142.952.700	9.883.668.484	11.096.151.037	11.065.727.661	11.840.367.016	29,5
Dotação atualizada	9.432.317.097	10.074.19.919	11.145.733.415	11.282.373.343	12.099.644.166	28,3
Empenhado	8.850.383.817	9.767.806.212	10.242.868.169	10.734.523.995	11.911.989.937	34,6
Liquidado	8.465.080.164	9.259.587.892	9.890.627.469	10.272.414.314	11.050.324.922	30,5
Pago	8.447.322.904	9.230.299.425	9.865.022.267	10.233.882.249	10.986.335.929	30,1
Empenhado em valores constantes (IPC-FIPE - Dez/18)	11.033.776.766	10.963.776.644	10.791.383.567	11.058.544.291	11.911.989.937	8,0
Nº de alunos	911.590	939.741	974.328	992.283	1.031.783	13,2
<b>Custo aluno</b>	<b>11.749,23</b>	<b>11.324,96</b>	<b>10.751,20</b>	<b>10.818,01</b>	<b>11.545,05</b>	<b>-1,7</b>

Fonte: Relatório de Auditoria

De acordo com a Auditoria, não houve cumprimento de nenhuma determinação relativa à Função Educação exarada no Parecer relativo às Contas do Prefeito - Exercício 2017, conforme dados consolidados no Sistema Diálogo (Instrução nº 01/2014 e a Resolução nº 05/2014 do TCMSP), após avaliação do Grupo de Trabalho, criado através da Portaria nº 169/2019, visando à sistematização e racionalização das determinações de exercícios anteriores.

Instada a se manifestar sobre o relatório da Auditoria (peça 14), a Secretaria Municipal de Educação apresentou defesa (peça 17), então analisada pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle (peça 21). Regularmente oficiada, a Procuradoria da Fazenda Municipal opinou pelo conhecimento e registro (peça 23).

A Secretaria Geral, encerrando a instrução processual, opinou pelo conhecimento (peça 32).

É o Relatório.

## Voto

Trago a apreciação deste Egrégio Plenário Auditoria voltada à avaliação da Função de Governo Educação em 2018, TC 4117/2019 (acompanham TCs 160/2017 e 2545/2019). No Relatório de Auditoria, a Subsecretaria de Fiscalização e Controle apresentou diversos aspectos que envolvem a gestão da Educação no Município de São Paulo, dos quais destaco os mais relevantes.

A rede municipal de ensino de São Paulo atende a cerca de 1 milhão de alunos (53,6% na educação infantil e 41% no ensino fundamental) nas suas 3,7 mil escolas, contando com 64,6 mil profissionais do magistério (Quadro de Pessoal da SME).

Em 2018, foram liquidados R\$ 11 bilhões para a Função Educação, 93,3% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA). Do total executado, 55,9% foram aplicados em despesas com pessoal e encargos, 43,3% em manutenção e operação e 0,8% em investimentos. Foram executados 74% do planejado orçamentariamente para construção de unidades educacionais, 81,4% do previsto para manutenção e operação e 123% do planejado para remuneração dos profissionais do magistério. O Ensino Fundamental consumiu 36% dos recursos e a educação infantil 52,9%, sendo que 11,1% dos recursos não foram discriminados por nível de ensino.

### Remuneração dos profissionais do magistério

	2014	2015	2016	2017	2018
<b>A. Valores liquidados</b>	3.162.229	3.745.167	3.509.459	3.827.120	4.610.870
Δ		18,4	-6,3	9,1	20,5
<b>B. Quantidade de profissionais do Magistério Municipal</b>	63.089	63.442	63.387	64.947	64.635
Δ		0,6	-0,1	2,5	-0,5
<b>B.1 Quantidade de docentes efetivos</b>	57.083	59.616	59.621	63.235	64.111
Δ		4,4	0,0	6,1	1,4

Fonte: Relatórios Anuais de Fiscalização 2014 a 2017 e Relatório de Função 2018.

Em 2018, foram construídas 20 unidades educacionais que já se encontram em funcionamento, sendo 12 CEIs, 5 CEMEIs e 3 CEUs.

Os projetos/atividades do programa Apoio ao aluno (Alimentação Escolar, Uniformes e Material Escolar etc.) tiveram uma execução geral de 67,8%. Em 2018, foram liquidados R\$ 463 milhões no programa Alimentação Escolar, com quase 465 milhões de refeições servidas. No entanto, a Auditoria aponta deficiências referentes à qualidade dos alimentos recebidos. Ademais, houve infringência ao artigo 14 da Lei Federal nº. 11.947/09, que determina a utilização de no mínimo 30% dos



recursos repassados pelo FNDE para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), já que o percentual correspondeu a 25,9%, em 2018.

Entre 2014 e 2018, considerando o aumento de recursos empenhados (8,0%) e a elevação do número de alunos (13,2%), o custo aluno/ano sofreu uma redução de 1,7%, alcançando R\$ 11.545,05/ano, ao final de 2018, ou R\$ 962,09/mês. Percebe-se uma relativa estabilidade no valor do custo aluno no período analisado.

Quadro 30 - Função Educação - Fases da despesa e custo aluno 2014 a 2018 (Em R\$)

Fases	2014	2015	2016	2017	2018	Δ% 2014- 2018
Dotação inicial	9.142.952.700	9.883.668.484	11.096.151.037	11.065.727.661	11.840.367.016	29,5
Dotação atualizada	9.432.317.097	10.074.19.919	11.145.733.415	11.282.373.343	12.099.644.166	28,3
Empenhado	8.850.383.817	9.767.806.212	10.242.868.169	10.734.523.995	11.911.989.937	34,6
Liquidado	8.465.080.164	9.259.587.892	9.890.627.469	10.272.414.314	11.050.324.922	30,5
Pago	8.447.322.904	9.230.299.425	9.865.022.267	10.233.882.249	10.986.335.929	30,1
Empenhado em valores constantes (IPC-FIPE - Dez/18)	11.033.776.766	10.963.776.644	10.791.383.567	11.058.544.291	11.911.989.937	8,0
Nº de alunos	911.590	939.741	974.328	992.283	1.031.783	13,2
<b>Custo aluno</b>	<b>11.749,23</b>	<b>11.324,96</b>	<b>10.751,20</b>	<b>10.818,01</b>	<b>11.545,05</b>	<b>-1,7</b>

Fonte: Relatório de Auditoria

Na educação infantil, houve aumento de 4,3% no número de unidades, em 2018, sendo 7 unidades de Emei e 113 novas creches na rede conveniada. Há uma opção de expansão da rede de educação infantil por meio da rede conveniada, já que, desde 2015, não há aumento no número de CEIs diretos. Já nas matrículas, houve um aumento de 23.177 (4,4%), sendo 23.247 na rede conveniada (9%) e diminuição de 70 na rede direta (-0,03%).

Quadro 24 - Quantidade de alunos matriculados na RME-SP (Educação Infantil).

Modalidade de Ensino	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Rede Direta</b>	<b>252.425</b>	<b>254.748</b>	<b>265.462</b>	<b>271.001</b>	<b>270.931</b>
Creche	57.305	56.500	57.181	57.519	57.661
Pré-escola	195.120	198.248	208.281	213.482	213.270
<b>Rede Parceira</b>	<b>178.073</b>	<b>210.550</b>	<b>233.766</b>	<b>258.634</b>	<b>281.881</b>
Creche	170.899	204.285	226.998	252.757	276.898
Pré-escola	7.174	6.265	6.768	5.877	4.983

Fonte: Relatório de Auditoria

A demanda não atendida na educação infantil tem caído desde 2014. Em 2017, faltavam 44.235 vagas e, em 2018, este número diminuiu para 19.766, o que representa uma queda da demanda reprimida de 55,3%.

Quadro 23 - Demanda reprimida na Educação Infantil da RME-SP.

<b>Ensino</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Creche	94.189	75.194	65.040	44.092	19.697
Pré-Escola	5.625	3.595	1.269	143	69
<b>Total</b>	<b>99.814</b>	<b>78.789</b>	<b>66.309</b>	<b>44.235</b>	<b>19.766</b>

Fonte: Relatório de Auditoria

O percentual de crianças atendidas em creche vem aumentando nos últimos anos. Em 2018, o percentual aumentou de 48,1% para 53% da população nessa faixa etária. Já o percentual de crianças atendidas em pré-escolas para a faixa de idade diminuiu para 46,4%, em 2018 (era 48,1%, em 2017).

O índice de demanda atendida na educação infantil, que considera apenas as crianças inscritas na fila de espera da SME, aumentou ao longo dos anos nas creches e nas pré-escolas, chegando a 94,4% e 100%, respectivamente, em 2018.

No Ensino Fundamental, houve um aumento de 16.833 matrículas (4,1%), em 2018, revertendo tendência de queda em anos anteriores, em que houve uma diminuição de 103.229 matrículas, entre 2008 e 2017.

Quadro 24 - Quantidade de alunos matriculados na RME-SP.

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
EMEF	422.602	415.410	414.639	406.350	423.183

Fonte: Relatório de Auditoria

A queda de matrículas no Ensino Fundamental ocorria há anos e de forma generalizada nas redes públicas do país. Até 2016, um dos fatores que explicavam essa diminuição era o aumento das matrículas na Rede Privada. Contudo, o efeito da crise econômica, especialmente a partir de 2016, pode ser responsável, ao menos em parte, pelo aumento das matrículas na rede municipal em 2018.

Na Prova Brasil de 2017, o desempenho médio dos alunos do 5º ano da rede municipal, em Língua Portuguesa, foi inferior ao dos alunos das redes Federal e Estadual no município, bem como em relação às demais escolas públicas do estado de São Paulo (municipais, estaduais e federais). Porém, foi superior à média obtida no conjunto de todas as escolas públicas do Brasil participantes da avaliação. Já o desempenho em Matemática, foi inferior em todas as comparações.

Quadro 12 - Médias de Proficiência da Rede Municipal de São Paulo – 5º ano

<b>5º ano</b>		
<b>Ano</b>	<b>Língua Portuguesa</b>	<b>Matemática</b>
2015	209,70	219,33
2017	215,43	224,07

Fonte: Relatório de Auditoria





Já o desempenho médio dos alunos do 9º ano da rede municipal, tanto em Língua Portuguesa como em Matemática, foi o pior em todas as comparações (em relação a todas as redes do município, a todas as escolas do estado e a todas as escolas do país). As médias de proficiência referentes ao 9º ano pioraram em relação à prova aplicada em 2015, apresentando queda de 10,45 pontos (4,2%) em Língua Portuguesa e 11,15 pontos (4,5%) em Matemática. As notas médias obtidas pelos alunos do 9º ano, em 2017, foram inferiores às notas obtidas na prova aplicada em 2013, indicando, assim, retrocesso nos resultados educacionais para os anos finais no período.

Quadro 13 - Médias de Proficiência da Rede Municipal de São Paulo – 9º ano

9º Ano		
Ano	Língua Portuguesa	Matemática
2013	238,60	241,19
2015	246,84	248,54
2017	236,39	237,39

Fonte: Relatório de Auditoria

Os resultados obtidos pelos alunos nos testes da Prova Brasil são expressos por meio de uma escala de proficiência, dividida em níveis de proficiência alcançados pelos alunos. De acordo com interpretação da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, os alunos que se encontram entre os níveis 0 e 3 têm desempenho insuficiente; entre os níveis 4 e 6 têm desempenho básico; e entre 7 e 10, desempenho adequado.

Em 2017, em Língua Portuguesa, nos anos iniciais, 37,9% dos alunos da rede municipal estão nos níveis insuficientes, 51% estão nos níveis básicos e 11,1% estão nos níveis adequados. A maioria (57,2%) se situou abaixo do nível 5 e não é capaz, entre outros aspectos, de identificar assunto e opinião em reportagens e contos; reconhecer assunto em poemas e tirinhas; ou reconhecer finalidade de reportagens e cartazes.

Já em Matemática, 29,2% dos alunos do 5º ano estão nos níveis insuficientes, 59,5% estão nos níveis básicos, e 11,3% estão nos níveis adequados. Grande parte dos alunos (71,8%) se situou abaixo do nível 6 e não consegue, entre outros aspectos, converter a duração de um intervalo de tempo, dado em horas e minutos, para minutos; resolver problemas envolvendo intervalos de tempo em meses; reconhecer o m<sup>2</sup> como unidade de medida de área; determinar porcentagens simples (25%, 50%); resolver problemas que envolvam soma e subtração de valores

monetários; ou interpretar dados em uma tabela simples.

Nos anos finais, em Língua Portuguesa, 75,7% dos alunos estão nos níveis insuficientes, 23,5% estão nos níveis básicos e 0,9% nos níveis adequados. Ressalta-se que 26,6% dos alunos não alcançaram sequer o nível 1. A maioria dos alunos (59,4%) se situou abaixo do nível 3 e não é capaz, entre outros aspectos, de reconhecer a finalidade de abaixo-assinado e verbete; comparar textos de gêneros diferentes que abordem o mesmo tema; inferir tema e ideia principal em notícias, crônicas e poemas; ou inferir o sentido de palavra ou expressão em história em quadrinhos, poemas e fragmentos de romances.

Ainda nos anos finais, em Matemática, 78,6% dos alunos do 9º ano estão nos níveis insuficientes, 20,7% estão nos níveis básicos, e 0,7% nos níveis adequados. Destaca-se que 22,5% ficaram abaixo do nível 1. A maioria dos alunos (60,8%) se situou abaixo do nível 3 e não consegue, entre outros aspectos, determinar a soma, a diferença, o produto ou o quociente de números inteiros em situações-problema; resolver problemas envolvendo grandezas diretamente proporcionais, representadas por números inteiros; ou analisar dados dispostos em uma tabela simples.

Em 2017, o desempenho dos alunos dos anos iniciais alcançou o Ideb de 6,0, superando, portanto, a meta projetada de 5,7. Já em relação aos anos finais, para 2017, a meta projetada era de 5,6, e o Ideb foi de 4,2. Desde 2007, o Ideb atingido ficou abaixo da meta projetada e a qualidade do ensino nos anos finais mostra-se estagnada. A dificuldade para melhoria da aprendizagem nos anos finais do Ensino Fundamental não é exclusividade do Município de São Paulo, sendo observada Brasil afora. Entre os aspectos que podem explicar o baixo desempenho para este nível de ensino, apontados em diversos estudos e pesquisas, estão: a defasagem de aprendizagem acumulada ao longo dos anos anteriores; o maior número de disciplinas, aumentando a complexidade para acompanhamento dos conteúdos pelos alunos; o maior número de professores, agora com matérias específicas, diminuindo o engajamento dos professores em relação ao acompanhamento do desempenho dos alunos; a formação inadequada dos professores, com ausência de cursos capacitantes voltados à didática; o maior distanciamento da família em relação à escola; uma maior taxa de reprovação, o que aumenta também a taxa de abandono escolar.



A melhoria dos níveis de aprendizagem é um desafio a ser enfrentado por políticas públicas específicas que abordem os diversos aspectos envolvidos e abarquem alunos, professores, escola, família e Estado. A implementação da Base Nacional Comum Curricular será um primeiro passo, mas não conseguirá sozinha resolver o problema.

Na Prova São Paulo, em 2018, a média de Proficiência para Língua Portuguesa subiu 9,2%, para 244,9. No entanto, 72,1% dos alunos tiveram níveis de proficiência abaixo do adequado. Em Matemática, a média de Proficiência aumentou 7,4%, chegando a 244. Contudo, 89,1% dos alunos tiveram níveis de proficiência abaixo do adequado. Importante registrar que a SME está implantando o Índice de Desenvolvimento da Educação Paulista (IDEP), que utilizará a proficiência dos estudantes na Prova São Paulo e também os dados dos territórios, como nível socioeconômico e a complexidade de gestão, para avaliar o desempenho de Escolas de Ensino Fundamental e estudantes da rede municipal de ensino. Contudo, registra-se a importância da continuidade e estabilidade das avaliações de aprendizagem para que seja possível estabelecer séries históricas e, assim, avaliar a evolução dos níveis de aprendizagem da rede.

Entre 2017 e 2018, houve aumento de 876 professores efetivos, porém houve uma redução de 1.188 professores contratados, admitidos, comissionados e em comissão, o que resultou em diminuição líquida de 312 professores nesse período.

Quadro 25 - Quadro de Pessoal da SME – Professores e Cargos de Apoio à Educação.

<b>Especificação</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>Magistério Municipal</b>	<b>63.089</b>	<b>63.442</b>	<b>63.387</b>	<b>64.947</b>	<b>64.635</b>
Docentes Efetivos	57.083	59.616	59.621	63.235	64.111
Docentes Contratados	4.878	2.981	3.115	1.360	272
Docentes Admitidos	219	123	117	40	30
Docentes em Comissão	909	722	534	312	222
<b>Cargos de Apoio à Educação</b>	<b>16.275</b>	<b>15.968</b>	<b>15.360</b>	<b>15.001</b>	<b>12.319</b>
Agentes Escolares	5.105	4.657	4.326	3.952	3.662
Aux.Técnicos Educ. I/II – Efetivos e Contratados	7.614	8.018	8.185	7.874	7.752
Outros	3.556	3.293	2.849	3.175	905
<b>Total</b>	<b>79.364</b>	<b>79.410</b>	<b>78.747</b>	<b>79.948</b>	<b>76.954</b>

Fonte: Relatório de Auditoria

Ao longo de 2017, os professores da rede municipal apresentaram um índice

de absenteísmo de 12,1%<sup>4</sup>, mantendo o patamar de anos anteriores. O principal motivo do absenteísmo dos professores é a licença médica pericial, que representou 71% das ausências observadas, em 2017. Dessas, 78% foram para tratamento de saúde do próprio servidor, sendo 20% decorrentes de doenças mentais, 19% convalescença e 15% doenças osteomusculares. Os demais afastamentos do período (29%) incluem, dentre outros, as faltas abonadas, as licenças médicas a gestantes e as faltas injustificadas. As faltas abonadas (máximo de 10 por ano, não excedendo 2 por mês, a critério da autoridade competente) representam 14% do total de afastamentos, seguidas das licenças a gestantes (6%), faltas injustificadas (2%) e faltas justificadas (2%).

Importante destacar que, de acordo com a Auditoria, não há professores substitutos suficientes para cobrir as ausências dos professores titulares e nem sempre o conteúdo dado pelo professor substituto tem relacionamento com a disciplina prevista para a turma.

Além do absenteísmo, também é alto o índice de readaptações. Em 2017, esse índice foi de 10,7%, em relação aos professores ativos. Dessas readaptações, 46% foram decorrentes de doenças mentais, seguidos de doenças osteomusculares (26%) e doenças do aparelho respiratório (9%).

Dados sobre a DRE Itaquera, levantados no Programa de Visitas às Escolas, mostram que a DRE apresentou os maiores percentuais de professores desmotivados (48%) e que desejam se remover das escolas (32%); 92% dos professores declararam que foram agredidos verbalmente pelos alunos, o maior percentual da rede; 29,2% dos docentes responderam que foram agredidos fisicamente, o 2º maior percentual da rede; “matéria sem professor” foi um dos problemas mais citados pelos alunos da DRE. Ademais, a DRE Itaquera apresentou o 3º maior número de eventos de acidentes de trabalho relacionados a agressões.

Observa-se que 24,8% dos Coordenadores Pedagógicos, em 2017, eram designados<sup>5</sup>; no caso de Diretores e Supervisores, os percentuais eram de 10,1% e 24,6%, respectivamente. Já em 2018, o percentual de Coordenadores Pedagógicos

---

<sup>4</sup> Em termos comparativos, ressaltando eventuais diferenças metodológicas de cálculo, a França apresenta índice de absenteísmo de 4,4%, o Reino Unido 3,7%, os EUA 5,3%, o Equador 14%, o Peru 11%, e a Índia 25%.

<sup>5</sup> As designações de profissionais ocorrem quando da vacância do cargo, ou por aposentadoria, por licenças médicas prolongadas ou quando da prestação de serviço nos órgãos centrais.



designados aumentou para 42,5% do total, indicando um aumento de 98,1% neste tipo de ocupação. O problema nesses casos é que a atuação desses profissionais é temporária, gerando instabilidade para a gestão da escola.

Diante do exposto, conclui-se que, apesar do aumento dos valores gastos globalmente na Função Educação observado nos últimos anos, e mantido o valor do custo aluno/ano, as avaliações de desempenho demonstram que os alunos da rede municipal ainda não apresentam nível adequado de aprendizado, demandando medidas mais efetivas por parte da Secretaria Municipal de Educação para a melhoria do ensino. Ademais, vale ressaltar o aumento da participação dos convênios na educação infantil (tanto em número de escolas quanto de alunos atendidos), o que se traduz em gastos com pessoal terceirizado, implicando riscos fiscais já apontados no Parecer das Contas do Prefeito, bem como ponto de risco para a própria gestão da Educação no município, na medida em que a administração pública passa a ser dependente desses convênios para atendimento da demanda.

Considerando que as infringências e impropriedades constatadas pelos órgãos técnicos não se mostram com relevância suficiente para comprometer a gestão da educação no Município, voto pelo conhecimento e registro da auditoria relativa ao exercício de 2018 da Função Educação. Reitero as Determinações de exercícios anteriores que se encontram pendentes de atendimento (conforme numeração do Sistema Diálogo):

163) Promover a implantação de sistemas de aferição continuada de imagem da prestação dos serviços de Educação e de medição da satisfação dos usuários, com mecanismo de registro informatizado das críticas e sugestões, com mapeamento das incidências.

174) Ao Departamento Merenda Escolar, para, com base em itens pré-estabelecidos, elaborar Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, já utilizado na merenda e mão de obra terceirizada, nas Unidades Diretas e Conveniadas.

306) Apurar o custo de cada tipo de gestão da merenda com o objetivo de embasar a escolha da forma de atendimento adotada.

486) Realize o levantamento do percentual de crianças fora do sistema de ensino, especialmente no Ensino Fundamental, crie mecanismos efetivos de busca

ativa por essas crianças e estabeleça políticas para inclusão desses alunos no sistema de ensino.

490) Realização de pesquisas rotineiras de mercado, a fim de obter segurança acerca dos valores de locação dos imóveis, que, por vezes, são superiores ao de mercado e podem acarretar prejuízos ao erário.

Por outro lado, não acolho as seguintes exclusões de Determinações de exercícios anteriores propostas pelo Grupo de Trabalho (conforme numeração do Sistema Diálogo):

86) Aperfeiçoar o planejamento providenciando a aquisição e distribuição dos kits de uniforme e material escolar em tempo para o início do ano letivo, como forma de tornar a ação eficaz.

Grupo de Trabalho: Exclusão por imprecisão.

Relator: Mantém a determinação com redação alterada para: "Garantir a aquisição e distribuição dos kits de uniforme e material escolar em tempo para o início do ano letivo".

88) Alimentação Escolar - Adotar providências para aprimorar o controle e fiscalização dos serviços prestados, em especial, a definição de padrão de dimensão dos alimentos, adequar a equipe de fiscais, equipar (balanças) as unidades escolares e treinar os responsáveis pelo recebimento dos produtos de maneira a permitir a checagem da qualidade e quantidade dos produtos.

Grupo de Trabalho: Exclusão por imprecisão.

Relator: Mantém a determinação com redação alterada para: "Fiscalizar os serviços de merenda escolar, garantindo o atendimento dos requisitos e obrigações definidos".

175) Ao Departamento Merenda Escolar, para estabelecer procedimentos de análise da adesão dos alunos, principalmente nas EMEFs, ao Programa de Alimentação Escolar.

Grupo de Trabalho: Exclusão por imprecisão.

Relator: Mantém a determinação com redação alterada para: " Estabelecer procedimentos de análise da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação



Escolar"

Ademais, faço as seguintes Determinações à Secretaria Municipal de Educação:

A) Realizar o acompanhamento constante da aprendizagem, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, utilizando não apenas as avaliações internas, mas também as avaliações externas (especialmente do INEP: SAEB, Provinha Brasil, ANA, Censo Escolar etc.). O acompanhamento da aprendizagem pela SME deve levar em conta os diversos fatores que a influenciam, tanto internos a escolas como de contexto familiar e social, de modo a identificar gargalos e possibilitar a implementação de políticas públicas direcionadas;

B) Divulgar os resultados das avaliações de aprendizagem, de modo a possibilitar o acompanhamento social, bem como a realização de análises por pesquisadores e organizações especializadas;

C) Implementar políticas que diminuam o absenteísmo de professores;

D) Manter um quadro docente suficiente para garantir que todos os alunos tenham todas as disciplinas planejadas e ministradas por professores com formação adequada.

**Plenário Cons. PAULO PLANET BUARQUE, 27 de novembro de 2019.**

**MAURÍCIO FARIA  
Conselheiro**